



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002637-50.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **ANA CLAUDIA PEREIRA DO CARMO GONÇALVES**
 Requerido: **N C BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto fabricado pela ré, o qual menos de um mês depois apresentou vício de funcionamento.

Alegou ainda que por orientação da ré encaminhou o bem à assistência técnica, mas não o recebeu de volta porque ele lhe foi restituído mais de cinquenta dias depois, em afronta ao que dispõe o CDC.

Os documentos que instruíram o relato exordial respaldam a versão da autora.

Os de fls. 02/03 atinam à compra do produto, enquanto os de fls. 05/08 denotam seu envio à assistência técnica em 13 de outubro e os diversos contatos da autora para saber de seu conserto, sem êxito.

Já os de fls. 09/11 concernem à reclamação da autora feita em 11 de dezembro perante o PROCON local em virtude da inércia da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A ré em contestação não negou os fatos articulados pela autora e tampouco se pronunciou sobre os documentos assinalados.

Limitou-se a reconhecer que o reparo do produto superou trinta dias, de modo que se dispôs a restituir à autora o valor por ela despendido, e somente impugnou o pedido de ressarcimento de danos morais.

A conjugação desses elementos permite o integral acolhimento da pretensão deduzida.

Quanto à devolução do valor pago pelo produto, foi reconhecido como cabível pela própria ré diante da constatação de que ele não foi consertado no trintídio.

Aplica-se ao caso, portanto, a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Idêntica solução tem lugar ao pleito de ressarcimento dos danos morais.

A desídia da ré na espécie vertente foi clara. Recebeu o produto para reparo e deixou de fazê-lo no prazo legal.

Como se não bastasse, não atendeu aos contatos mantidos pela autora, a qual se viu forçada a buscar a solução da pendência junto ao PROCON local.

É relevante notar que nessa esfera a autora buscava somente a devolução do que pagara pelo produto (fl. 10), mas novamente a ré nada fez para colocar fim ao problema.

A questão em apreço, é bem de ver, arrasta-se há meses por culpa exclusiva da ré, a qual não dispensou à autora o tratamento que lhe seria exigível.

Outrossim, destaco que o caso vai além do mero descumprimento contratual porque a ré externou com sua reiterada negligência o propósito deliberado de expor a autora a grande frustração.

Foi o que então sucedeu, não se podendo olvidar que qualquer pessoa mediana se veria na mesma incômoda situação, suficiente para a caracterização dos danos morais.

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios usualmente observados em situações análogas (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo agasalho porque inclusive não permite entrever o propósito da autora em auferir vantagem indevida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para rescindir o contrato firmado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 199,90, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**